

MEIO AMBIENTE

Devastação continua alta

Inpe mostra que, em outubro, o desmatamento na Amazônia avançou 5%. Foram 877 km² dizimados

O Brasil continua a registrar recordes em seus índices de desmatamento na Amazônia. Prova disso são os dados de outubro, divulgados ontem, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia: a área de alertas de desmatamento foi a maior para aquele mês nos últimos sete anos. A conservação do bioma foi destaque na abertura da COP26, que se realiza em Glasgow (Escócia), e é considerada chave para evitar uma catástrofe climática.

Ao todo, foram 877 km² de devastação da floresta na Amazônia, um aumento de 5% em relação a outubro de 2020 e o maior índice no mês em toda a série histórica do Deter, sistema de alertas do Inpe, iniciado em 2016. O governo federal ainda não divulgou os dados consolidados do desmatamento neste ano — o sistema Prodes —, que também é medido pelo Inpe, de agosto de um ano a julho do ano seguinte. Tradicionalmente, essa informação é tornada pública no começo de novembro.

Na COP26, o Brasil assinou acordos multilaterais contra o desmatamento da floresta, prometeu zerar o desmatamento ilegal até 2028 e reduzir as emissões de metano. Na prática, porém, os dados mostram uma realidade diferente. “As emissões acontecem no chão da floresta, não nas plenárias de Glasgow. E o chão da floresta está nos dizendo que este governo não tem a menor intenção de cumprir os compromissos que assinou na COP26”, criticou Marcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima.

Ritmo acelerado

Relatório divulgado por um grupo de cerca de 200 cientistas mostra que a Amazônia está perto de um ponto irreversível e perde, em ritmo acelerado, sua capacidade de regeneração. Os

Amazônia, emissora líquida de CO₂

Até pouco tempo, a região absorvia quase **2 bilhões de toneladas de CO₂ por ano**

O desmatamento revela o pior dos cenários:

o ponto de inflexão, que aceleraria a mudança climática em vez de ajudar a lutar contra ela

Em 1985 foi desmatado 6% da Amazônia.

Desde então, foram perdidos 15%. Quando desaparecer entre 20 e 25% será alcançado o ponto de inflexão

Só no Brasil, a superfície agropecuária (agricultura e pecuária) passou de **130 para 210 milhões de ha** entre 1985 e 2020

Fonte: Global Forest Watch, RAISG, MapBiomas, Nature



pesquisadores, que lançaram o documento na Cúpula do Clima, alertam que o bioma pode se tornar deserto se não foram tomadas medidas efetivas.

“O dado do Deter é um lembrete de que o Brasil que circula pelos corredores e pelas salas da COP, em Glasgow, é o mesmo onde grileiros, madeireiros ilegais e garimpeiros têm licença do governo para destruir a floresta”, afirma Astrini. Os alertas de desmatamento em outubro se concentraram no Pará, com 501 km² (57% do total); no Amazonas, com 116 km² (13% do total); e no Mato Grosso, com 105 km² (12% do total).

A diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Ane Alencar, chama a atenção para o fato de que o país seguiu com o mesmo patamar alto de desmatamento na Amazônia em outubro, apesar de haver mais chuvas do que era esperado na região, por causa do fenômeno La Niña. “Nas últimas duas semanas, vimos o governo brasileiro dizer na COP26 que tem o desmatamento sob controle. Mas o Brasil real é o que os satélites mostram. Para cumprir as promessas feitas na Conferência do Clima, o governo precisa fazer mais do que fala. É possível

mudar o quadro, mas é preciso agir imediatamente”, cobrou.

Conforme o Inpe divulgou ontem, a Amazônia Legal teve uma área de 877 km² sob alerta de desmatamento, o que equivale a uma alta de 5% em relação a 2020 e recorde para o mês na série histórica. Nos últimos meses, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, vinha enfatizando a redução do desmatamento na média trimestral de agosto e setembro, e atribuindo a melhora dos dados a ações conjuntas de vários ministérios.

Depois de um desgaste de seu antecessor, Ricardo Salles com o Inpe, Leite vem tentando mostrar aproximação com o instituto.

501 KM²

de floresta foram dizimados no trecho paraense da Amazônia. Estado foi o recordista no mês de outubro, seguido do Amazonas e do Mato Grosso

Ministro se cala sobre destruição

O ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, se furtou de comentar os números que mostraram desmatamento recorde da Amazônia, em outubro. Indagado sobre isso pelos jornalistas, respondeu laconicamente que “não acompanhou” os dados divulgados, ontem de manhã, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

“Quando eu voltar ao Brasil, vou falar com o ministro Anderson (Torres, da Justiça) para entender esses dados do Inpe. Não acompanhei esses números, estava focado nas negociações”, disse.

Leite contradisse a si mesmo quando, em vários discursos e painéis no pavilhão brasileiro da COP26, assegurou que ia todas as semanas para acompanhar no local o combate ao desmatamento no bioma. Em uma das suas apresentações, garantiu que a ação da Força Nacional e do Ministério da Justiça “estavam dando resultado”.

Afirmando que conseguiu mostrar em Glasgow aquilo que classificou de “Brasil real”, o ministro pareceu ter sido pego de surpresa com mais uma rodada de números negativos sobre a Amazônia. Por isso, calou-se diante dos repórteres, que indagavam se ele não tinha ideia dos números anunciados ou mesmo se havia ficado irritado ao ser informado dos dados. Em vez disso, preferiu caminhar em silêncio, com sua comitiva, deixando os jornalistas falando sozinhos.

Mas se Leite não deu uma única palavra sobre o avanço do desmatamento, outros atores ligados ao setor, no Brasil, comentaram o assunto. Rafael de Oliveira

Silva, professor da Universidade de Edimburgo, afirma que os dados — a devastação da Amazônia passou da média anual de 6.500 km² na década passada para quase 10.000 km² no governo de Jair Bolsonaro — escondem uma realidade complexa.

“Se você olha os dados dos pastos, não aumentaram. O desmatamento ocorre por vários motivos, como a mineração, a especulação da terra. O desmatamento ocorre, em sua maioria, em terras privadas”, explicou.

Desvio de foco

O ministro do Meio Ambiente preferiu desviar o foco dos dados do Inpe ao propagandear a iniciativa do governo federal de estender a cobertura do 5G por todo o território nacional. Foi durante o painel “Negócios Sustentáveis na Amazônia”, realizado no Pavilhão Brasil da COP26.

Além de classificar a Amazônia como um “deserto digital”, o ministro disse que essa condição deve mudar com o leilão da nova banda de internet, que pode abrir oportunidade para as comunidades locais e fomentar o empreendedorismo sustentável na região.

“Foi um leilão que olhou para a Amazônia e que não olhou para a outorga do Tesouro Nacional”, comparou. O certame da tecnologia 5G ocorreu na semana passada.

Leite afirmou que o governo tem se preocupado com projetos verdes em todo o país e, em especial, na região amazônica. “É interessante ver o empreendedorismo na Amazônia, gerando emprego e renda”, disse.

Andy Buchanan/AFP



Leite se furtou de comentar os dados ruins da Amazônia



Quando eu voltar ao Brasil, vou falar com o ministro Anderson (Torres, da Justiça) para entender esses dados do Inpe. Não acompanhei esses números, estava focado nas negociações”

Joaquim Leite, ministro do Meio Ambiente, evitando comentar os dados do Inpe de outubro para a Amazônia

Extremos marcam presença do Brasil

Apesar de a ausência do presidente Jair Bolsonaro ter sido considerada a nota negativa da participação brasileira na COP26, o país continua sendo um dos protagonistas das discussões sobre o meio ambiente e a preservação. Isso porque é capaz de surpreender ao apresentar novas lideranças, como a jovem indígena Txai Suruí, e faz com que setores considerados parte do problema — como os grandes produtores rurais — modulem o discurso a fim de se afastarem do discurso do governo federal, que pode representar fechamento de mercado para os produtos brasileiros.

A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) montou um estande no qual tentou mostrar que o agronegócio é parte da solução e não do problema ambiental brasileiro. “No setor agropecuário brasileiro, está muito claro que o crescimento da produção de alimentos no Brasil não está relacionado ao desmatamento, e sim à incorporação de novas tecnologias, ao aumento de produtividade e à verticalização de produção”, disse o vice-presidente da delegação da CNA, Muni Lourenço Silva.

O Código Florestal brasileiro obriga o proprietário a preservar 80% de suas terras e não tem o direito de queimar a área para plantar, ou para a pastagem de gado. “A questão do desmatamento não pode estar baseada somente na punição, que é importante. Mas também é muito importante que outras políticas públicas sejam realizadas, como, por exemplo, a questão da regularização fundiária, a questão do ordenamento territorial e a titulação das terras”, opina Lourenço.

Panorama diferente

No discurso que realizou na COP26, o ministro Joaquim Leite apresentou um panorama bem diferente daquele confirmado, ontem, pelo Inpe. Além de afirmar que o desmatamento ilegal já estava sendo combatido com aumento de recursos e de patrulhamento, ele não deu maiores detalhes dos mais recentes dados sobre desmatamento, queimadas e emissões de carbono. E ainda se comprometeu a acabar com o desmatamento ilegal até 2028.

Segundo Leite, as etapas para cumprir o objetivo de redução da devastação no bioma serão: redução de 15% ao ano até 2024; redução de 40% ao ano em 2025 e em 2026; redução de 50% em 2027; e zerar o desmatamento ilegal em 2028.

Mas enquanto o Ministério do Meio Ambiente divulga números otimistas sobre a preservação da Amazônia e de outros biomas brasileiros, estimativas do Observatório do Clima apontam que a maior parte (46%) dos gases estufa emitidos pelo país são provenientes do desmatamento. Os dados de 2020 mostram que o Brasil continua, desde 2010, a ampliar suas emissões. No ano passado, em plena pandemia, o aumento do despejo de gases de efeito estufa, pelo país, na atmosfera, foi de 9,5%. No restante do mundo, porém, houve uma redução de cerca de 7%.

“Enquanto o governo federal tenta vender o Brasil como potência verde na COP, a verdade é que o desmatamento em outubro bateu mais um recorde e vem sendo impulsionado pela política anti-ambiental do presidente, do Ministério do Meio Ambiente, com apoio de parte do Congresso. O desmatamento e queimadas continuam fora de controle e a violência contra os povos indígenas e população tradicional só aumenta”, criticou Rômulo Batista, porta-voz da campanha Amazônia do Greenpeace.

Se para o representante da CNA o foco é eminentemente econômico, para a ativista Txai Suruí a devastação dos biomas brasileiros são, sobretudo, uma questão humanitária. Tanto que denunciou o aumento das invasões de terra para o gado, o assédio e o assassinato de ativistas ambientais.

Ajuda internacional

O governo federal, por sua vez, anunciou em Glasgow que está disposto a acabar com o desmatamento ilegal até 2028, dois anos antes do previsto. Foi uma tentativa de mudar uma imagem desgastada desde os primeiros dias da presidência de Bolsonaro — que, entre outras coisas, esnobou os recursos repassados pelos governos da Alemanha e da Noruega para o Fundo Amazônia por considerar esse dinheiro uma esmola. O ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, numa das suas primeiras participações no evento disse que os US\$ 100 bilhões anuais prometidos pelos países ricos aos mais pobres são insuficientes para o tamanho do desafio de evitar a devastação ambiental. Para ele, tais recursos devem ultrapassar a casa do trilhão — pois, do contrário, os investimentos ficarão sempre pela metade.

O secretário adjunto de Clima e Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente, Marcelo Freire, deu uma ideia da complexidade da situação do Brasil. “Entendemos que temos dentro do Brasil várias partes diferentes. Temos tantas regiões e níveis de desenvolvimento, quase um monte de países juntos”, explicou.